Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
IR: Receita amplia acesso à declaração pré-preenchida	3
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Câmara Superior do Carf afasta multa de mora em compensação tributária	4
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
CPFL sofre nova derrota em disputa com a Receita	. 6
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
A proteção de dados e o direito tributário - OPINIÃO JURÍDICA	3.
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SEGURIDADE SOCIAL	
Comissão marca votação do Orçamento, que prevê aumento só para militar	10
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL	
Governo quer recurso de previdência como garantia de crédito	12
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Antes de tudo, é preciso vacinar	13
ESTADO DE MINAS - MG - COVID-19 REFORMA TRIBUTÁRIA	
Brasil está entre a união e o caos, afirma Pacheco	14
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Novo auxílio emergencial: teremos saudades de 2020? (2)	16
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Agenda paralela à pandemia	18
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Outra endemia a vencer	19
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Aumento de imposto será inevitável	20
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Novas restrições na Europa derrubam Bolsas e petróleo	21
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Novo plano de US\$ 3 tri exigirá mais imposto, diz Tesouro dos EUA	22
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Congresso: omissão fatal - ROSÂNGELA BITTAR	24

Quarta-Feira, 24 de Março de 2021	_
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Empresários procuram Lira e Pacheco	26
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Comitê deve adiar tributos do Simples por três meses	28
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
,	29
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
	80
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
Esforço para eliminar as incertezas	31
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
	32
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS ECONOMIA	
IBGE tenta evitar corte no Censo	3
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
	35
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO	
ECONOMIA Para equipe econômica, carta soa como aceno a Guedes	6

O movimento cartista dos empresários - VINICIUS TORRES FREIRE......38

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

IR: Receita amplia acesso à declaração prépreenchida

FERNANDA TRISOTTO

A Receita Federal vai ampliar o acesso à declaração pré-preenchida do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para 2021.0 preenchimento automático da declaração estará disponível gratuitamente para pessoas que não possuem certificado digital, mas têm uma assinatura avançada. Para conseguir acesso ao preenchimento automático, o contribuinte terá de melhorar o perfil da sua conta no portal único do governo, o gov.br. A assinatura avançada é gratuita, basta o cidadão vincular mais dados ao perfil, que não apenas dados pessoais e previdenciários.

Hoje, o portal já tem 96 milhões de perfis cadastrados e disponibiliza três níveis de acesso: bronze, prata e ouro. Para conseguir o preenchimento automático da declaração, o contribuinte precisa ter perfil nível prata ou ouro.

O projeto-piloto estará disponível a partir do dia 25.

José Carlos Fernandes, auditor fiscal e responsável pelo Programa do Imposto de Renda, diz que o objetivo é que, futuramente, a maioria dos brasileiros opte por esse sistema pré-preenchido, que facilita o processo de declaração para o contribuinte e para a própria Receita. Ele explica que o preenchimento automático está disponível para o contribuinte que fizer a declaração por meio do portal e-CAC:

-Nada impede o contribuinte de começar a declaração pelo e-CAC, salvar e continuar no programa ou aplicativo.

Site: https://jornaldigital.oglobo.globo.com/

Câmara Superior do Carf afasta multa de mora em compensação tributária



Adriana Aguiar De São Paulo

A Câmara Superior do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (**Carf**) afastou a cobrança da multa
de mora de um contribuinte beneficiado por denúncia
espontânea, que quitou a dívida por meio de
compensação tributária. Os conselheiros da 3a Turma
entenderam que a medida tem o mesmo efeito prático
e jurídico do pagamento à vista - o que garantiria a
exclusão da penalidade.

O julgamento chamou a atenção dos advogados porque normalmente o contribuinte perde a discussão no **Carf**. Esta é a única decisão favorável entre as 30 publicadas pelas turmas e Câmara Superior este ano, de acordo com levantamento realizado pelo escritório Vaz, Buranello, Shingaki Oioli (VBSO Advogados).

No Superior Tribunal de Justiça (STJ), a tendência também é desfavorável ao contribuinte. Os ministros costumam não admitir a exclusão da multa de mora que pode chegar a 20% - com o pagamento por meio de compensação tributária, afirmam Diego Miguita e Diogo Olm Ferreira, do VBSO Advogados.

A discussão envolve o artigo 138 do Código Tributário Nacional (CTN). O dispositivo trata da denúncia espontânea e estabelece que, caso o contribuinte pague o tributo antes de qualquer procedimento de fiscalização, ficará livre de qualquer infração. Em uma interpretação literal, porém, acrescentam os advogados, a **Receita Federal** entende que o benefício não vale para a compensação tributária.

Na 3a Turma da Câmara Superior, as discussões sobre o tema costumam empatar. Até abril de 2020,

com a existência do chamado voto de qualidade, o entendimento do presidente tinha peso duplo, o que fazia com que os contribuintes perdessem. Porém, no caso analisado recentemente, foi aplicada a Lei nº 13.988, de 2020. Ela estabelece que, em caso de empate no julga- mento de autuações fiscais, o contribuinte deve sair vencedor.

Os conselheiros levaram em conta a nova lei porque o caso tratado envolvia autuação fiscal. Como em muitos casos, segundo Diego Miguita, a **Receita Federal** nega a exclusão da multa de mora por meio de despacho, normalmente não se tem aplicado as regras que favorecem o contribuinte.

No julgamento, ocorrido em janeiro, ao analisar o caso de uma empresa de serviços de limpeza (processo nº 10805.000996/2006-45), o presidente em exercício, conselheiro Rodrigo da Costa Pôssas, afirmou que se trata do mesmo assunto já anteriormente julgado, com os mesmos julgadores. Só que pelo fato da compensação da diferença ter sido feita por auto de infração, acrescentou, "isso vai mudar o resultado". De acordo com ele, esse fato causa uma grande insegurança jurídica, uma vez que haverá resultados diferentes para a mesma matéria.

Para Diego Miguita, essa distinção feita é incabível, uma vez que o assunto é o mesmo e o que muda é apenas o procedimento de cobrança feito pela fiscalização. Com base nessa decisão favorável aos contribuintes, afirma, as empresas que perderem a discussão no <u>Carf</u> poderão discutir, em fase preliminar, esses critérios para aplicação ou não do que diz a nova Lei n° 13.988.

"Temos que tomar cuidado ao usar esse precedente como um divisor de águas sobre o assunto porque o contribuinte só ganhou porque era um auto de infração", diz o advogado.

Diogo Olm Ferreira entende que, dependendo do procedimento adotado, a decisão pode gerar distorções, como aconteceu no caso. "A jurisprudência no <u>Carf</u> e no Judiciário é, em geral, desfavorável. Por isso, a decisão causou surpresa", afirma.

Em um julgamento ocorrido em dezembro, na mesma 3a Turma da Câmara Superior, o resultado foi contrário a uma empresa de alimentos que fez compensação de créditos para quitar tributos devidos em denúncia espontânea (processo nº 10980.920582/2009-56). No caso, ela foi cobrada por despacho decisório sobre a multa de mora. "Quando você não presta atenção nos detalhes acha que a turma mudou de entendimento", diz Miguita.

Segundo o advogado Filipe Richter, do Veirano Advogados, parece que está havendo uma interpretação extremamente rigorosa da nova norma, que dá ganho de causa ao contribuinte em caso de empate. Para ele, o conselho "vai fazer jogo duro na aplicação porque não gostou da mudança".

Já com relação à tese, o advogado acredita que ainda é defensável, uma vez que a compensação decorre de pagamento indevido a mais de algum tributo, logo houve um pagamento, que justificaria o afastamento da multa de mora.

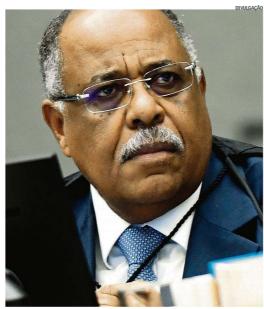
Roberto Duque Estrada, sócio do Brigagão, Duque Estrada Advogados, entende que a decisão tomada pela Câmara Superior a favor do contribuinte seria a mais acertada. Para ele, o uso da compensação tem o mesmo efeito do pagamento à vista, uma vez que esses créditos existentes são resultado de valores de **tributos** pagos a mais.

"Não faz sentido não afastar a multa do contribuinte que de boa-fé quis regularizar sua situação e usou a compensação de créditos existentes", diz o advogado. "A compensação tem que ter o mesmo efeito do pagamento."

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/1 86759

CPFL sofre nova derrota em disputa com a Receita



Ministro Benedito Gonçalves: voto para manter decisão de segunda instância

Joice Bacelo Do Rio

A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve uma cobrança de R\$ 101 milhões em Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL à Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Esse caso envolve aportes que a empresa se comprometeu a fazer na Fundação Cesp, que administra o plano de **previdência complementar** dos seus funcionários.

A CPFL sofreu várias autuações por essa mesma operação - que, ao todo, segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), somam mais de R\$ 1 bilhão.

Essa decisão da la Turma é a segunda no STJ. Antes, no ano de 2019, a 2a Turma, que também julga as questões de direito público, já havia validado uma cobrança tributária de R\$ 511 milhões. As demais, diz a PGFN, ainda estão tramitando nas instâncias inferiores.

Essa discussão tem origem no ano de 1997, quando a CPFL firmou compromisso com a Fundação Cesp para cobrir um déficit de R\$ 426 milhões. O aporte seria feito num prazo de 20 anos. No ano seguinte, em 1998, a companhia deduziu integralmente esse valor da base de cálculo do IRPJ e da CSLL- e foi autuada pela **Receita Federal**.

A companhia afirma, no processo, que os pagamentos a entidades de **previdência complementar** podem, por lei, ser deduzidos do cálculo dos **tributos** e diz que havia uma solução de consulta favorável para que essa dedução oco n esse de uma só vez.

"O contribuinte, na época uma empresa pública, em vez de arriscar, resolveu perguntar antes para a administração pública se poderia fazer dessa forma", disse o advogado Humberto Ávila, que atua para a CPFL, em defesa oral na la Turma. A consulta, segundo ele, foi respondi da pelo chefe da coordenação-geral de tributação da Receita (Cosit).

Ávila sustentou ainda que essa consulta nunca foi declarada ineficaz. Ele disse que a companhia fez a dedução com base na orientação que recebeu e, posteriormente, acabou surpreendida por uma mudança de posicionamento do órgão. "O contribuinte confiou na posição da administração e está sendo punido com juros e multa." Para a PGFN, no entanto, a versão é outra. O procurador Marcelo Kosminsky disse aos ministros que não foi feita uma consulta formal. A CPFL teria procurado diretamente o secretário da Receita Federal na época e não expôs os fatos de maneira correta, o que teria induzido o órgão a erro.

"Uma consulta tem que ser formulada à autoridade competente, no caso o delegado da Receita Federal, o qual, por meio de uma solução de consulta, e não por nota, responderia e publicaria o entendimento no Diário Oficial", argumentou.

Ainda assim, disse o procurador, mesmo se a consulta fosse válida, não poderia ser aplicada ao caso. A dedução integral do valor, afirmou, poderia ser feita em caso de novação de dívida, o que não aconteceu. Para a fiscalização, houve apenas uma repactuação entre a companhia e a fundação.

Além disso, segundo a PGFN, só podem ser deduzidos do cálculo dos <u>tributos</u> os valores pagos às entidades de <u>previdência complementar</u>. No caso, afirmou Kosminsky, só R\$ 8,5 milhões-dos R\$ 426 milhões previstos e abatidos- haviam sido desembolsados naquele ano pela companhia.

"Esse passivo não consubstanciava uma dívida líquida e certa porque eventos futuros e variáveis poderíam alterar o seu montante. O fundo, para rentabilizares aportes, faz investimentos no mercado financeiro. Faz aplicações. Um movimento positivo da bolsa, do câmbio ou outros títulos do mercado poderíam até mesmo reduzir a zero os repasses que teriam de ser feitos pela CPFL", disse Kosminsky.

O relator desse caso no STJ, ministro Benedito Gonçalves, disse que para julgar o pedido da CPFL seria necessário examinar provas, o que não cabe à Corte fazer-prevalecendo, portanto, a decisão da segunda instância, contrária à companhia (REsp 1582201).

"Para fins de se reconhecer a existência de novação na forma pretendida pelo recorrente demandaria necessariamente novo exame de provas, bem como a reinterpretação das cláusulas contratuais, o que é vedado por força das Súmulas n° 5 e n° 7", disse. O entendimento do relator foi seguido pelos demais ministros.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/1 86759

A proteção de dados e o direito tributário - OPINIÃO JURÍDICA

Breno Kingma é sócio da área Tributária do Vieira Rezende Advogados

O clima de desconfiança entre as nações nos pósguerra fez com que os instrumentos de espionagem tivessem um grande desenvolvimento tecnológico. Mesmo particulares podiam ter acesso a mecanismos que permitiam bisbilhotar seus vizinhos.

Hollywood retratou bem essa tendência. "A Conversação", "Chinatown" e "Todos os Homens do Presidente", dentre diversos filmes da década de 70, tratam da paranóia que a espionagem trouxe e os problemas causados pela violação da intimidade das pessoas. A privacidade era tão sagrada na época que gerou o escândalo Watergate, levando o presidente Nixon a renunciar pela tentativa de colocar escutas na sede do Partido Democrata.

Com o fim da guerra fria e o surgimento do terrorismo, o direito sagrado à privacidade começou a ser mitigado. Percebeu-se que o excesso de sigilo foi fundamental para o ataque às Torres Gêmeas em 2001. Toda a legislação começou então a prestigiar a transparência.

Não por coincidência, a Lei Complementam 0105, que permitiu o compartilhamento de informação bancária dos contribuintes com a **Receita Federal**, é de 2001.0 Supremo Tribunal Federal (STF), influenciado com esse novo ambiente mundial de radical transparência, prestigiou a mitigação da privacidade em diversos julgados. E, exatamente nesse momento histórico, as redes sociais e os smartphones com câmeras surgiram e fizeram com que as pessoas, por iniciativa própria, expusessem diariamente seus dados, intimidades, amigos, horários, gostos, compras e localização.

No ambiente tributário, a fiscalização a partir da troca de informações entre empresas e Fisco passa a ser o norte. São criadas diversas obrigações acessórias que desnudam o contribuinte. As declarações de imposto solicitam cada vez mais dados. Speds, ECF, ECD e notas eletrônicas são o novo direito tributário. Nos tribunais, as sessões de julgamento passam a ser transmitidas em tempo real. Na televisão, o maior sucesso é o Big Brother.

Os países percebem, contudo, especialmente por

meio dos casos Wilkileaks, Snowden e Cambridge Analytica, que esse excesso de transparência permite que os governos e as big techs possam, por meio de espionagem e algoritmos, identificar personalidades e antever comportamentos e perfis das pessoas. É a partir do julgamento na corte inglesa do caso Cambridge Analytica, consultoria que utilizou dados do Facebook e modelos matemáticos para influenciar plebiscitos e eleições ao redor do mundo, que surgem o Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia-RGPD (ou GDPRem inglês) e logo em seguida a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) brasileira (Lei n° 13.709, de 2018).

A nova legislação é uma reação à violação da privacidade e traz regras para a utilização de dados de acordo com o devido processo legal e a partir do conhecimento e consentimento das pessoas. É o que afirmam textualmente os artigos 1 0 e 20 da LGPD.

Nessa trilha, é de se esperar que o novo regramento repercuta sobre a relação Fisco e contribuintes. Não é normal que CPFs e dados de milhões de brasileiros sejam vazados e negociados na internet, como rotineiramente noticiado. Também há uma expectativa de que os processos eletrônicos, administrativos e judiciais sejam mais sigilosos. Atualmente, por exemplo, qualquer pessoa pode acessar acórdãos de julgamentos administrativos, mesmo nos casos em que informações relevantes dos contribuintes estejam ali relatadas.

A nova lei se aplica às autoridades públicas (artigos 30 e 23) e prevê mecanismos para que o contribuinte saiba a razão cia solicitação daquele dado e por quem e como ele está sendo utilizado (artigos 60, 17 e 18). Além disso, a lei traz a obrigatoriedade de a autoridade nacional responsável pela fiscalização da LGPD enviar informe ao órgão público com medidas cabíveis para fazer cessar uma eventual violação. A lei também prevê, em seu artigo 42, a possibilidade de o contribuinte ajuizaração indenizatória em caso de prejuízo pela má utilização ou vazamento de seu sigilo.

As instituições privadas, por seu turno, também deverão ser mais cuidadosas em compartilhar com as fiscalizações dados que possuem de outros contribuintes, pois, em caso de envio de informações não exigidas pela legislação, poderão ser

responsabilizadas. Já os Fiscos serão obrigados a ter cada vez mais cuidado com as pessoas que acessam aqueles dados fiscais sigilosos e o uso que lhes é dado.

Em razão dos princípios da motivação, adequação e finalidade que permeiam toda a lei, as obrigações acessórias e intimações somente deverão exigir dados que sejam de estrito interesse da fiscalização. O contribuinte tem o direito de saber porque aquela informação é necessária e como será utilizada pela administração tributária.

Nos tribunais superiores, é de esperar, novamente, que o devido processo legal e a privacidade sejam prestigiados. É possível, inclusive, haver novo julgamento no STF sobre os limites do sigilo fiscal e a adequada motivação para sua quebra.

No âmbito internacional, a troca de informações entre os países pode sofrer regulamentação mais rígida. Um país somente aceitará compartilhar informações de um cidadão se souber que o outro país cuida corretamente daqueles dados. Preocupada com isso, a nova lei disciplina a troca internacional de dados nos artigos 33 e seguintes.

Portanto, se por um lado as administrações tributárias cada vez mais utilizarão o big data para desenhar sua política tributária e fiscalização, de outro, os contribuintes terão, a partir da LGPD, um forte instrumento para exigir que os seus dados sejam tratados com responsabilidade e sigilo.

Breno Kingma é sócio da área Tributária do Vieira Rezende Advogados

Site

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/1 86759

Comissão marca votação do Orçamento, que prevê aumento só para militar

Bernardo Caram, Danielle Brant e Renato Machado

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso mareou para esta quarta-feira (24) a votação do relatório do Orçamento de 2021. Inicialmente, o cronograma do colegiado previa para esta terça-feira (23) a votação do texto, que, entre outros pontos, libera aumento de remuneração para militares, enquanto servidores civis estão com salários congelados.

O relatório foi alvo de questionamentos por trazer parâmetros econômicos defasados, o que reduziu artificialmente os gastos do governo. Se o Orçamento for aprovado nesse formato, técnicos afirmam que o governo será obriga do a fazer cortes em verbas de ministérios.

A votação foi remarcada para esta quarta-feira para respeitar o prazo de dois dias para que o relatório final pudesse ser apreciado pelos membros da comissão -o parecer foi apresentado no fim da noite de domingo (21).

Nesta terça, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que a expectativa é que o Congresso comece a votar o Orçamento nesta quinta (25).

Na CMO, a votação deve levar dois dias. Na quinta, o texto seria levado ao plenário do Congresso, para que o Orçamento seja finalizado nesta semana ainda.

Em relação à remuneração dos militares, o relator da proposta, senador Márcio Bittar (MDB-AC), manteve em seu parecer a previsão de reajustes. Os aumentos sã o parte de um acordo feito pelo governo para aprovar em 2019 uma espécie de reforma da Previdência das Forças Armadas.

Os aumentos serão concedidos de forma parcelada até 2023. Só neste ano, enquanto o governo lida com um Orçamento apertado e restringe gastos para a mitigação da pandemia da Covid-19, o custo dos reajustes dos militares é estimado em R\$ 7,1 bilhões.

Em 2020, ao liberar um pacote de socorro a estados e municípios, o governo negociou com o Congresso a aprovação de um congelamento salarial de servidores. A medida, que tem validade até dezembro, não alcança os militares.

O consultor de Orçamentos do Senado Vinícius Amaral questiona o beneficio aos militares e afirma que o governo não dá oportunidade para que o Congresso avalie a necessidade do gasto. Segundo ele, o reajuste não aparece no anexo da proposta destinado a destacar custos dos aumentos salariais de servidores.

"Essa conta já veio lançada [pelo governo] nas despesas obrigatórias, ela não vem sequer como uma despesa a ser avaliada pelo Congresso, para decidir se ela será ou não implementada. No meu entendimento, isso contraria a Constituição", afirmou.

Mantido o teor do relatório, os militares também devem ficar com parcela relevante dos investimentos do governo em 2021. Cerca de R\$ 8,3 bilhões foram reservados para o Ministério da Defesa com essa finalidade. O montante equivale a 22% dos R\$ 37,6 bilhões previstos para investimentos em todo o governo.

A deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP), membro da CMO, critica a decisão de dedicar verba ao aumento de militares no parecer de Bittar.

"A proposta orçamentária está muito aquém das necessidades do país nas áreas sociais", afirmou. "Além disso, chama-nos a atenção que o governo proponha a possibilidade de reajuste do salário dos membros das Forças Armadas no momento em que todo o restante do funcionalismo está com os salários congelados, inclusive da base das polícias. Mais uma vez prioriza o Ministério da Defesa em detrimento das demais áreas." O deputado Vinícius Poit (SP), líder do Novo na Câmara, diz que não é possível reverter o aumento aos militares. "O que poderia e deveria ser feito é mudara lei que concede esse aumento", afirma.

"Estamos vivendo, agora, a consequência da escolha do governo de privilegiar essa categoria. Em plena pandemia, com milhões de pessoas perdendo emprego e renda, vendo seus salários congelados, os militares permanecem no paraíso do privilégio de aumento salarial. Enquanto isso, o resto da sociedade amarga a pior crise vivida pelo país nos últimos anos."

Para a elaboração do relatório, Bittar deixou uma defasagem nas contas. De acordo com o consultor de

Orçamento da Câmara Ricardo Volpe, parte da responsabilidade pelo problema é do governo, que deveria ter enviado uma mensagem atualizando parâmetros para a proposta.

"Caberia mais o Executivo ter buscado resolver um problema desse tamanho por uma mensagem modificativa do que o Congresso resolver. Os ajustes que o Congresso porventura fizesse reduzindo despesas, além do desgaste político, poderiam não atender à real necessidade do governo e atrasar mais a aprovação do Orçamento", disse.

Segundo ele, os parâmetros econômicos foram atualizados na parte das receitas, elevando a projeção de arrecadação para o ano. Por outro lado, o relator optou por apresentar o texto sem fazer a atualização para as despesas. Isso fez com que o gasto do governo ficasse subestimado, sem incorporar o efeito do aumento do salário mínimo em benefícios previdenciários, abono salarial e programas assistenciais.

Na prática, quando o Congresso aprovar o Orçamento, o governo será forçado a reavaliar as contas e fazer cortes de gastos em ministérios.

Para o consultor, o governo terá que fazer um contingenciamento a curto prazo. Depois precisará encontrar medidas para abrir espaço no teto de gastos, regra que limita as despesas do governo à variação da **inflação**.

Uma das medidas já estudadas é transferir aos empregadores a responsabilidade pelo pagamento do auxílio-doença, hoje bancado pelo **INSS**. No entanto, a medida depende de aval do Congresso e sofre com resistência política.

Site: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/

Governo quer recurso de previdência como garantia de crédito

O governo quer permitir aos clientes usar parte dos recursos poupados em **previdência complementar** como lastro de empréstimos com o objetivo de conseguir baratear o custo do crédito. A permissão está prevista em medida provisória (MP) em elaboração pelo Ministério da Economia para fomentar as garantias, aumentando a competição no mercado com redução da taxa de juros e portabilidade das operações de crédito.

A MP cria a Câmara de Gestão de Garantias (CCG) e está em estudo há mais de um ano e meio, ação apontada com grande potencial para estimular o crédito e ser uma das principais bandeiras na área de medidas microeconômicas do governo.

A câmara também vai administrar essas garantias e também facilitar operações com empresas. A central vai avaliar o valor do imóvel e dizer quanto a pessoa ou a empresa pode pegar de financiamento dando o imóvel como garantia. O tomador do crédito poderá escolher qualquer instituição financeira e buscar o empréstimo. Uma vez que ele pague um valor do empréstimo libera espaço para pegar mais crédito com outro banco, se quiser. Ele poderá escolher o banco que está ofertando a melhor condição.

Também será permitido a "recarga" do financiamento imobiliário. Ou seja, pegar um novo empréstimo com o lastro do valor do imóvel pago. Para isso, será feita uma averbação do registro dos imóveis sobre o valor do saldo devedor para atualizar o valor da dívida e o que foi pago.

O diagnóstico do Ministério da Economia e do Banco Central é de que há um "empoçamento" das garantias. Isso significa, na prática, que muitas garantias que poderiam ser usadas para novos financiamentos não são aproveitadas.

É o caso, por exemplo, de uma pessoa que fez um financiamento para a compra do imóvel, já pagou grande parte dele, mas esse patrimônio está "preso" numa alienação fiduciária (uma modalidade de financiamento, onde o devedor, para garantir o pagamento, transfere o imóvel para o credor enquanto paga por aquele bem). Até quitar o financiamento, o imóvel fica no nome do banco e não do comprador.

Cálculos do governo apontam que a carteira de

financiamento imobiliário é próxima de R\$ 600 milhões. Mas só em ativos de imóvel residencial o valor gira em torno de R\$ 10 trilhões.

Boa parte desse valor poderia ser usada com lastro em novos financiamentos.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Antes de tudo, é preciso vacinar



MARINA BARBOSASIMONE KAFRUNI

A vacinação contra a covid-19 é o que o Brasil mais precisa neste momento de agravamento da pandemia de covid-19, tanto para conter o avanço do novo coronavírus quanto para abrir caminho para a recuperação econômica e o ajuste fiscal. A avaliação é do secretário especial do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, que fez a palestra de encerramento do Correio Talks.

Representando o ministro da Economia, Paulo Guedes, Bruno Funchal endossou a avaliação dos participantes do seminário de que o país enfrenta três grandes desafios neste momento: a pandemia de covid-19, a crise econômica e o risco fiscal. Porém ressaltou que é possível solucionar esses problemas por meio de uma única ferramenta: a vacinação contra a covid-19. "A vacinação é o melhor instrumento hoje para lidar com o problema da saúde pública, com o problema fiscal e a economia", avaliou.

O secretário do Tesouro Nacional explicou que a imunização contra o novo coronavírus vai ajudar a conter a pandemia, que classificou como "um dos maiores desafios da história do país". Ao mesmo tempo, permitirá a recuperação econômica e o retorno da consolidação fiscal. Funchal segue alinhado com o ponto de vista do ministro Paulo Guedes, que considera a imunização uma opção obrigatória para o "retorno seguro ao trabalho", reduzindo a dependência dos brasileiros de programas que, hoje, têm um alto custo fiscal para o governo, como o auxílio emergencial.

"A aceleração do processo de vacinação é um instrumento que hoje endereça o problema da saúde pública; ajuda a economia, porque vacinando rápido, a economia volta de maneira mais acelerada, o **PIB** e a

geração de emprego vão retomar; e ajuda na política fiscal porque, à medida que a economia retoma, a gente tem crescimento, volta a receita e reduz a pressão por programas que são necessários em período de pandemia", declarou o secretário especial do Tesouro Nacional.

Agenda pós-vacina Funchal considerou fundamental a união dos agentes públicos em torno da vacinação, assim como defendeu o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), na abertura do Correio Talks. Ainda em alinhamento com o ponto de vista de Pacheco, o secretário reverberou o apelo do setor produtivo e ressaltou que, garantida a vacinação contra a covid-19, é preciso avançar nas medidas estruturais que visam ao ajuste fiscal e o aumento da produtividade do país, como as reformas econômicas.

"O primeiro foco é a vacinação, para a retomada da economia. Depois, é voltar e continuar no avanço das reformas, olhando para o fiscal e para a produtividade, que está estagnada há décadas. Essas medidas são fundamentais para o cenário de médio e longo prazos", afirmou o secretário. Segundo ele, essa agenda é necessária para alavancar o crescimento do país no pós-pandemia porque "o equilíbrio fiscal é um meio para viabilizar políticas públicas e tornar o ambiente econômico atrativo para investimento e geração de emprego". Reformas econômicas, insistiu Funchal, trazem regras claras e segurança jurídica que melhoram a produtividade do país.

O secretário do Tesouro Nacional elogiou a disposição do Congresso em avançar nas reformas, especialmente a tributária e a administrativa. "Essas pautas terão reflexo também na trajetória da dívida, que depende do fiscal e do crescimento econômico. Assim, o Brasil vai melhorar a perspectiva de crescimento", defendeu. Para Funchal, a reforma administrativa modernizará o Estado e contribuirá com o ajuste fiscal, por meio da redução de despesas. A **reforma tributária**, por sua vez, simplificará o sistema brasileiro, com impacto positivo na produtividade da economia.

Brasil está entre a união e o caos, afirma Pacheco



Guilherme Peixoto

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), acredita que os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo podem se unir para combater a pandemia do novo coronavírus. Hoje, o presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), pretende se reunir com os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux. A ideia do encontro é formular um pacto nacional de enfrentamento à COVID-19. Pacheco, um dos entusiastas da proposta, também vai participar da costura.

"Há dois caminhos que podemos perseguir no Brasil neste momento: o da união nacional e o do caos nacional. Cabe a nós decidir- e minha decisão é que temos que fazer, sim, uma grande união nacional em torno do enfrentamento à pandemia", disse ele ontem, em seminário virtual promovido pelo Correio Braziliense, jornal dos Diários Associados, para tratar da retomada econômica brasileira após a pandemia. Lideranças do Congresso Nacional enxergam o encontro como forma de começar a conter os desencontros que marcam a gestão federal da pandemia.

"Aguardamos muito um pacto nacional de união, para que possamos avançar muito rapidamente na solução desse problema para o Brasil. Esperamos muito uma reunião que deve acontecer amanhã com os presidentes da República, da Câmara, do Supremo, do Senado e outros atores, que devem dar conta desse desafio e dessa solução a partir de um pacto nacional que envolva um conceito muito importante: o da união", projetou Pacheco.

Os "outros atores" citados pelo senador são governadores, prefeitos e parlamentares. Alguns deles devem acompanhar o encontro de hoje. A reunião vai

ocorrer em meio ao pior momento do país ante a COVID-19. Enquanto todas as regiões sofrem com o colapso hospitalar, o Brasil deve chegar aos 300 mil mortos em virtude da doença.

FEDERALISMO Ainda durante o seminário virtual. Rodrigo Pacheco disse que as instituições democráticas brasileiras têm operado sem obstáculos. "É preciso respeitar os entes federados e a posição de governadores e prefeitos, assim como devemos respeitar as posições do governo federal e do presidente da República. Essa é a essência do federalismo", pediu, ao falar sobre a independência dos entes federados -União, estados, municípios e o Distrito Federal. Deputados federais e senadores sobretudo os ligados à oposição - têm insistido na necessidade de instaurar comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a conduta de Bolsonaro durante a pandemia. Pacheco, contudo, tem dito que a criação da CPI pode atrapalhar a luta contra o vírus. O presidente do Congresso afirmou que o foco do Parlamento, por ora, é "minimizar os impactos da pandemia no Brasil".

Defesa da urgência das reformas

As reformas defendidas pelo governo federal e por parte dos integrantes do Congresso Nacional são essenciais para dar fôlego ao país após a pandemia do novo coronavírus. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), destacou a necessidade de mudanças administrativas e tributárias, que tramitam no Parlamento. A primeira parte do pacote reformista veio a reboque da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, que já foi promulgada e se tornou emenda à lei máxima do país. O texto endurece as medidas de contenção de gastos -e é visto pelo governo como fundamental para a retomada do auxílio emergencial.

Pacheco enalteceu a importância da emenda, oficializada pelo Congresso neste mês. "Uma demonstração a todos - sociedade, população, mercado e mercado internacional - de que o Brasil tem um protocolo fiscal e observância ao teto de gastos públicos", disse.

A Câmara analisa a reforma administrativa, que trata de mudanças na estrutura do funcionalismo público. A **reforma tributária**, por seu turno, mexe no sistema de impostos. Essa proposta, antes de ser remetida a uma das casas legislativas, está sob o guarda-chuva de comissão mista composta por deputados federais e senadores. Para Pacheco, as mudanças administrativas podem desinchar o Estado. Ele garante que a ideia é, também, valorizar os servidores por meio de critérios meritocráticos, como o desempenho.

"Essa é uma mudança que vai ser grande, talvez um pouco longa, de paradigmas. Vai servir muito para que o Brasil consiga ter, por parte de investidores nacionais e internacionais, uma transmissão de segurança para que possa haver, aqui, os investimentos necessários para a geração de emprego e renda", opinou. A reforma administrativa está sendo analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. É o primeiro colegiado temático a debater as propostas que passam pelo Parlamento.

Em fevereiro, Pacheco e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), estimaram entregar a **reforma tributária** em cerca de oito meses. Ao falar sobre o tema ontem, o presidente do Congresso voltou a admitir, como fez em entrevista ao Estado de Minas no mês passado, que essa é a reforma mais complexa do pacote de mudanças. Segundo ele, setores privados e entes públicos vão precisar dialogar e "ceder" convicções para a construção de um sistema que tenha o aval de todos os interessados. "É preciso combater aqueles devedores contumazes, que insistentemente vivem da sonegação fiscal como meio de vida e praticam concorrência absolutamente desleal", lembrou.

Para que a **reforma tributária** fique pronta no prazo previsto, a comissão mista precisa emitir um parecer sobre o texto até o final deste mês. Depois, Câmara e Senado analisam o projeto. A ordem de tramitação entre as casas legislativas ainda não foi definida.

Site: http://digital.em.com.br/

Novo auxílio emergencial: teremos saudades de 2020? (2)

Mário Theodoro, Economista da Abed (Associação Brasileira de Economistas pela Democracia) e professor do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da IInB

Quem desavisadamente andar pelos parques de Londres vai dar com muita coisa. Músicos, malabaristas, oradores e diversos monumentos a lembrar o povo inglês de sua história. Um desses ícones chama atenção por sua singeleza e significado. Homenageia a ajuda incontinente do Canadá à Inglaterra nas duas grandes guerras. Mais de 1 milhão de canadenses se dispuseram a cruzar o Atlântico e ombrear-se com seus camaradas britânicos sob a Union Jack. A frase lá inscrita rememora que se conhece o tamanho do respeito e da amizade nos momentos de perigo. Situações limite têm o condão de explicitar a solidariedade e a confraternidade.

Volto os olhos para o Brasil de hoje. O Brasil da pandemia, onde, diariamente, já morrem mais de 2.000 pessoas, tendendo esse número a aumentar. A crise da Covid-19 pode ser vista como um ponto de inflexão, fronteira entre o drama e a tragédia, na convergência da pandemia com a crise política.

Observamos um governo paralisado e sem iniciativa, que insiste em minimizar a hecatombe e que, de outro lado, prossegue no ataque às instituições do Estado. O país singra mares bravios sem rumo e sem comando.

O Brasil construiu um sistema único e universal, referência mundial na área da saúde pública, notadamente em políticas de vacinação. E, a despeito do progressivo subfinanciamento que o fragiliza, esse mesmo SUS continua prestando inestimáveis serviços, enfrentando e mitigando os males decorrentes da pandemia. Mas continuamos assistindo ao triste enredo, notabilizado pela tendência privatista do governo e seu ferrenho apego à cartilha neoliberal. O Brasil está assim, na contramão das necessidades e urgências de seu povo.

Precisamos, aqui e agora, de políticas emergenciais, como a distribuição de cestas básicas e a garantia de uma renda emergencial, assegurando a alimentação e, ao mesmo tempo, o recolhimento das pessoas. Com relação à garantia de alimentos, o governo federal nada tem feito. Devemos aqui louvar a iniciativa de

organizações não governamentais, como a Coalizão Negra, que nesses últimos meses têm levado alimentação básica à casa de milhares de brasileiros mais pobres.

No que tange à adoção da renda emergencial, a situação é de recuo. Em 2020 foram beneficiados 68 milhões de pessoas com parcelas mensais no valor de R\$ 600 e, ao final do ano, de R\$ 300, na perspectiva de que estaríamos em pleno retrocesso da pandemia. Pois bem, o retrocesso não veio. Ao contrário, a segunda onda ora em ascensão é maior, mais grave e mais mortal. Em resposta, o governo acena com um novo auxílio emergencial, só que em valor e escopo reduzidos, com benefícios entre R\$ 175 e R\$ 375 em um máximo de quatro parcelas e para um público bem menor.

O governo, que em 2020 gastou cerca de R\$ 300 bilhões com o auxílio, prevê para este ano um montante de R\$ 44 bilhões. A justificativa de que falta dinheiro tem sido reiterada pelo discurso oficial. Há, no entanto, alternativas apresentadas por especialistas, desde a mobilização de valores parados em diversos fundos não constitucionais à reforma tributária que privilegie a tributação sobre as grandes rendas e patrimônios -ou, ainda, a política de emissão de moeda adotada por diversos países para fazer frente à atual catástrofe sanitária.

Voltemos a nossa imagem inicial do monumento à solidariedade. Mais e mais brasileiros morrerão nos próximos dias, semanas e meses. Sofre principalmente a população mais pobre e mais preta. O que falta ao governo hoje, focado em suas contas públicas e nas repercussões e anseios advindos do mercado, é a preocupação com o essencial. A capacidade de ver seus concidadãos como semelhantes, merecedores do respeito e da fraternidade. Falta a lente da igualdade para que a população pobre e negra seja percebida como merecedora dos esforços do governo e do país.

[...] Precisamos, aqui e agora, de políticas emergenciais, como a distribuição de cestas básicas e a garantia de uma renda emergencial, assegurando a alimentação e, ao mesmo tempo, o recolhimento das pessoas. Com relação à garantia de alimentos, o governo federal nada tem feito

FOLHA DE S. PAULO / SP - OPINIÃO - pág.: A03. Qua, 24 de Março de 2021 REFORMA TRIBUTÁRIA

Mário Theodoro, Economista da Abed (Associação Brasileira de Economistas pela Democracia) e professor do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da UnB

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494 75

Agenda paralela à pandemia



MARINA BARBOSA

Recuperar as perdas sofridas na pandemia de covid-19 é urgente, mas não basta para que a economia e a indústria brasileira voltem a crescer de forma sustentável, na avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Por isso, a CNI defendeu ontem, no Correio Talks: Desafios para o Brasil pós-pandemia, que o combate à covid-19 caminhe de forma paralela à agenda estrutural para elevar a produtividade do país.

"Voltar para onde a gente estava antes da pandemia não é suficiente", comentou o economista-chefe da CNI, Renato da Fonseca. Ele explicou que, antes mesmo da crise da covid-19, o país já evoluía em ritmo lento. Segundo a CNI, o país deveria crescer 3% ao ano para se aproximar das economias desenvolvidas e reduzir a pobreza. Mas registrou uma taxa média anual de apenas 0,3% nos últimos dez anos.

Já a indústria caiu cerca de 1,6% ao ano nesse período, nas contas da CNI, por conta dos problemas de competitividade e produtividade do país. Com isso, despencou da 10ª para a 16ª posição do ranking mundial do setor entre 2014 e 2019. Renato da Fonseca acredita, por isso, que o país não pode mais esperar por medidas que melhorem a produtividade nacional, como as reformas econômicas.

"Na crise do ano passado, a gente primeiro resolveu adotar ações emergenciais, para depois retomar a agenda da produtividade. Agora, não tem mais tempo. A gente vai ter que caminhar com as duas agendas ao mesmo tempo. Senão, o Brasil vai conseguir se recuperar dessa crise, mas não vai conseguir estabelecer bases para um crescimento sustentado", alertou o economista-chefe da CNI. "O Brasil não pode mais esperar para trabalhar na agenda da competitividade se quer fazer parte do mundo e aumentar o padrão de vida da população", reforçou.

Nesse sentido, Fonseca disse que o país precisa avançar com ações que possam reduzir o custo Brasil, melhorar a infraestrutura e ampliar a educação do brasileiro. Ele ressaltou, contudo, que o governo também não pode deixar de socorrer o setor produtivo neste momento de agravamento da pandemia de covid-19.

"Do mesmo modo que o auxílio emergencial se faz necessário para as pessoas, é preciso voltar com políticas e auxílios criados para as empresas, para manutenção do emprego formal", defendeu o economista-chefe da CNI. Ele lembrou que muitos programas importantes para as empresas no ano passado - como os acordos de suspensão do contrato de trabalho, o diferimento de impostos e os programas emergenciais de crédito -, chegaram ao fim em 31 de dezembro. Fonseco alertou que as empresas brasileiras precisam novamente desse suporte por conta da segunda onda da pandemia de covid-19. "Estamos demorando a voltar com medidas emergenciais e estamos sentindo exatamente o que sentimos em março e abril do ano passado", alertou.

Segundo a CNI, a segunda onda da pandemia de covid-19 afetará o crescimento econômico e a atividade industrial até, pelo menos, o fim de abril. Por conta disso, nesta semana, a confederação reduziu de 4% para 3% a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil em 2021.

Outra endemia a vencer



Simone Kafruni

Aumentar a carga tributária para reduzir o endividamento não é uma escolha sustentável no médio prazo, restando a estratégia de corte nos gastos para o Brasil voltar a crescer. Assim defendeu Alberto Ramos, diretor de pesquisa econômica para América Latina do Goldman Sachs, ao participar ontem do Correio Talks. "Aumento de impostos só se justifica com alocação boa dos recursos, mas o Estado gasta mal. Além disso, já existem sinais de insatisfação social crescente e de falta de credibilidade. Essa escolha levaria a um problema macroeconômico sério", sustentou. "E o momento é extremamente crítico", disse.

Ramos não se referia à pandemia. "O Brasil conseguirá resolver o problema pandêmico, mais cedo ou mais tarde, com vacinação e imunidade de rebanho, e voltará ao normal. Voltar às condições normais, no entanto, significa retornar ao problema endêmico do país, que são os baixos níveis de produtividade, de crescimento e de investimento", explicou.

Por isso, o grande desafio para o pós-pandemia, segundo o especialista, é tirar o Brasil da endemia de baixo crescimento, que afeta o país há décadas. "Isso vai definir o futuro. E para chegar lá, é preciso fazer as reformas pendentes e o ajuste fiscal, a fim de reduzir o endividamento", assinalou. "O país gasta muito, tributa demais e investe pouco. Essa combinação é preocupante", disse.

Prejuízo Para contabilizar o que deixou de ganhar por conta de anos de baixo crescimento, Ramos lembrou que, de 2012 a 2019, (excluindo 2020 por causa da pandemia), a média anual de alta no Produto Interno Bruto (**PIB**) foi de 0,4%. "O governo não resolveu os

principais problemas estruturais: infraestrutura, segurança pública, educação, investimento. A única coisa em que mostrou excelência foi assinar cheques", criticou.

Se tivesse crescido 3% em média - o que o especialista considera um índice até moderado com a realização de reformas e de ajuste fiscal -, o país não teria perdido a possibilidade de acumular riqueza da ordem de 27% do PIB em oito anos. Com a queda de 4% do PIB em 2020, Ramos arredondou para um prejuízo de 30%. "Como PIB foi de US\$ 2,1 trilhões, a perda, ao não crescer uma média de 3% ao ano, foi de US\$ 630 bilhões, ou R\$ 3,2 trilhões, a um câmbio real de R\$ 5. Há 190 economias no mundo e US\$ 630 bilhões é um valor mais elevado do que o PIB de 175. Isso dá uma ordem da magnitude do desastre", comparou.

Ramos ainda contabilizou o quanto cada brasileiro poderia ter ganhado sem esse prejuízo gigantesco. "O Brasil tem 210 milhões de habitantes. Se fosse dividir per capita essa riqueza que deixou de ganhar, dava para mandar um cheque de US\$ 3 mil ou de R\$ 15 mil para cada habitante. Como há 73 milhões de famílias, seria de US\$ 8,8 mil ou de R\$ 43 mil para cada. Se concentrasse nos 20% mais pobres, o país poderia pagar R\$ 200 mil às famílias. Isso dá uma ideia do que perdemos com o mau manejo macroeconômico e com a falta das reformas estruturais", finalizou.

Aumento de imposto será inevitável



Rosana Hessel

O Brasil não vai escapar de um aumento de impostos. Essa é a avaliação do economista Tony Volpon, ex-diretor do Banco Central e estrategistachefe da gestora WHG, em relação às perspectivas do cenário fiscal. Para ele, a elevação da carga tributária será inevitável, porque há falta de interesse claro, tanto do governo quanto do Congresso Nacional, na busca de corte de gastos no Orçamento deste ano para reduzir o endividamento público e incluir despesas emergenciais no combate à covid-19. Diante do agravamento da pandemia, serão necessárias fontes de receita para bancar medidas como os R\$ 44 bilhões previstos para o novo auxílio emergencial, com previsão para ser pago a partir de abril. E a saída passa necessariamente pela tributação. O ex-diretor do Banco Central criticou o fato de que o compromisso de um ajuste fiscal por meio de um corte consistente de gastos tenha ficado para depois. Para Volpon, sem aumento de imposto, não será possível manter um Estado inchado e ineficiente, com um nível de despesas no atual patamar atual. "Parece que não há vontade de cortar os gastos. Todos ficam, simplesmente, jogando o problema na dívida pública crescente. Como tem aumento de juros que faz a dívida crescer ainda mais, o país está contratando uma crise futura", alertou. O ponto de vista de Volpon foi compartilhado por Alberto Ramos, do Goldman Sachs, e Solange Srour, do Credit Suisse. Eles também alertaram para os riscos do baixo crescimento do país com uma carga tributária, que já é elevada, crescente.

No entender do ex-diretor do BC, o desafio do país pós-pandemia será o crescimento. Para isso, será preciso fazer o dever de casa que está pendente, porque passa justamente pelo ajuste fiscal. Volpon ressaltou que a solução poderia ser combinar aumento

de carga tributária com corte de gastos, se "houvesse maturidade e capacidade político institucional para resolver a questão fiscal". "A solução não é binária. Não é corte de gastos ou aumento de imposto. É possível combinar as saídas", disse. Trava do crescimento Para reforçar o seu ponto de vista, Volpon lembrou alguns dados nacionais. As contas públicas estão no vermelho desde 2014, e, por essa razão, o endividamento público atingiu patamares acima da média relativa a países emergentes. Após um rombo fiscal de R\$ 743,1 bilhões, em 2020, por causa do aumento de gastos extraordinários no combate à pandemia, a dívida pública bruta subiu para um nível elevadíssimo, em torno de 90% do Produto Interno Bruto (PIB). Em comparação, a média de países emergentes gira em torno de 50% do PIB. Um endividamento tão elevado não permite crescimento robusto, de acordo com Volpon. Ele lembrou que, se o crescimento da dívida pública não for contido, o custo disso mais à frente será "uma crise com fortíssimo impacto na inflação". "Nessa dinâmica de não fazer escolhas, vamos ter uma crise fiscal em algum momento, e será muito pior para todo mundo", frisou.

Volpon ressaltou ainda que, devido ao recrudescimento da pandemia em 2021, uma retração da atividade é inevitável. Para que a economia cresça na segunda metade do ano, é fundamental aumentar a velocidade do processo de vacinação. "Levando em conta que estamos em um processo contínuo da vacinação, será possível observar uma recuperação no segundo semestre. Mas a economia atingirá um patamar em que não haverá crescimento de fato. As previsões em torno de 3% são basicamente o carry over (carregamento estatístico do PIB de 2020). O mercado já trabalha com queda na margem. Este ano será perdido", avaliou. Volpon lembrou, ainda, que o Banco Central iniciou um processo de elevação da taxa básica de juros (Selic), correto devido à pressão inflacionária. Mas reconheceu que uma Selic mais alta terá efeito negativo na retomada. Na opinião do economista, a autoridade monetária errou na avaliação nas reuniões anteriores. "O BC ficou esperando uma notícia positiva que não veio. Ele comprou uma aposta que deu errado", resumiu.

Novas restrições na Europa derrubam Bolsas e petróleo

Júlia Moura

A Bolsa de Valores brasileira fechou em queda de 1,5% nesta terça-feira (23), após um pregão volátil, com investidores apreensivos com a nova onda da pandemia de Covid-19 em vários países.

O avanço dos casos na Europa levou a novas restrições, e os agentes econômicos começam a contabilizar o eventual atraso na recuperação global. A Alemanha, por exemplo, estendeu o lockdown.

Essa expectativa mais pessimista também promoveu uma forte queda no preço internacional do petróleo. Além disso, a projeção é que os estoques da matéria-prima estão em níveis elevados e tendem a aumentar.

Pela primeira vez desde janeiro, o spread (diferença entre o preço de compra e venda) do primeiro contrato do Brent entrou no chamado "contango" (momento em que o preço de uma matéria-prima é mais elevado no futuro do que no mercado à vista, encorajando a sua estocagem).

Nesta terça, os contratos futuros do petróleo Brent fecharam em queda de 5,9%, a US\$ 60,79 por barril, depois de atingirem uma mínima de US\$ 60,50 durante a sessão.

Já o petróleo dos EUA (WTI) recuou 6,17%, para US\$ 57,76 o barril, tendo atingido uma mínima de US\$ 57,32.

Ambas as referências operaram ao redor dos menores níveis desde 9 de fevereiro.

"O caminho para a recuperação da demanda por petróleo parece estar cheio de obstáculos, à medida que o mundo segue lutando contra a pandemia de Covid-19", disse Bjornar Tonhaugen, diretor de mercados de petróleo da Rystad Energy.

"O mercado tem negociado com um sentimento excessivamente altista nos últimos tempos, ignorando os riscos da pandemia", acrescentou.

As ações da Petrobras refletiram a queda nos preços do óleo. As preferenciais (mais negociadas) caíram 3%, e as ordinárias (com direito a voto), 2,38%.

O Ibovespa fechou em queda de 1,49%, aos 113.261,80 pontos, após subir 0,54% durante o pregão.

Em Wall Street, o Dow Jones caiu 0,94%, o S P500 perdeu 0,76%, e a Nasdaq, 1,12%, também pressionados pela piora na pandemia na Europa.

Além disso, investidores refletem um possível aumento de **impostos** nos EUA para financiar um novo pacote de econômico de US\$ 3 trilhões do governo democrata de Joe Biden, que começaria por um gigantesco plano de infraestrutura.

Em depoimento à Câmara dos EUA nesta terça, Janet Yellen, secretária do Tesouro, disse que aumentos de **impostos** seriam necessários para financiar as próximas etapas da agenda econômica do governo Biden, enfrentando críticas de republicanos (leia texto na pág. A25).

O dólar também tev e grande oscilação, entre R\$ 5,5490 e R\$ 5,4630, mas fechou em leve queda de 0,03, a R\$ 5,5160.

Site: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/

Novo plano de US\$ 3 tri exigirá mais imposto, diz Tesouro dos EUA

James Politi

A secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, disse que aumentos de <u>impostos</u> serão necessários para Dançar os próximos estágios da agenda econômica do governo Joe Biden, que envolvem cerca de US\$ 3 trilhões em gastos novos com infra estrutura, energia limpa e educação.

Em depoimento ao Comitê de Serviços Financeiros da Câmara dos Deputados, Yellen enfrentou críticas de legisladores republicanos que objetaram ao aumento de <u>impostos</u> sobre as empresas e sobre os contribuintes mais ricos a fim de custear os grandes dispêndios planejados.

A secretária do Tesouro defendeu a necessidade de aumentos de **impostos**, mas prometeu que o governo Biden não fará nada que "prejudique" as pequenas empresas ou os cidadãos americanos de renda baixa e média.

"Precisamos elevar a arrecadação de maneira justa a fim de bancar os gastos de que a economia necessita para ser competitiva e produtiva", disse Yellen em resposta a perguntas da deputada Ann Wagner, republicana do Missouri.

Yellen acrescentou que "um pacote que consista de investimentos em pessoas [e] investimento em infraestrutura ajudará a criar bons empregos na economia americana, e mudanças na estrutura tributária ajudarão a pagar por esses programas".

Assessores econômicos de Biden estão estudando se devem levar adiante algumas propostas de aumento de <u>impostos</u> que ele fez na campanha presidencial de 2020 contra o republicano Donald Trump, entre os quais elevar a alíquota mais alta do Imposto de Renda empresarial de 21% para 28%, uma elevação na alíquota mais elevada do Imposto de Renda das pessoas de alto patrimônio e um aumento do imposto sobre ganhos de capital para os milionários.

As medidas ajudariam a compensar o custo de cerca de US\$ 3 trilhões dos planos de gastos de Biden.

O pacote viría se somar ao estímulo fiscal de US\$ 1,9 trilhão implementado por Biden neste mês para ajudar a recuperação a pegar no tranco, financiado

inteiramente por uma elevação do déficit orçamentário.

O depoimento de Yellen ao Congresso, realizado de forma virtual, foi seu primeiro desde que foi confirmada como secretária do Tesouro. Ela depôs junto com Jay Powell, o presidente do Fed (Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos), e ambos buscaram refutar as preocupações de que gastos excessivos poderiam ter efeito adverso sobre a economia.

Yellen, que, sob indicação de Barack Obama, era a presidente do Fed antes de Powell, disse que, por causa do estímulo, a economia "pode retornar" ao pleno emprego no ano que vem, completando a recuperação pós-pandemia. Powell descartou as preocupações crescentes quanto à possibilidade de que uma onda de gastos neste ano deflagre um salto insalubre na **inflação** que seria difícil de controlar.

"Nossa opinião ponderada é que o efeito sobre a **inflação** não será particularmente forte nem persistente", afirmou.

Powell também reiterou que o Fed não adotará uma política monetária mais dura repentinamente e que a instituição está longe de começar a retirar seu apoio monetário à economia por meio de uma desaceleração em seus programas de compra de ativos, a despeito de projeções de dirigentes do banco central de que o PIB (Produto Interno Bruto) americano subirá 6,5% neste ano.

"Aprendemos ao longo de diversos anos que precisamos nos comunicar cuidadosamente e agir lentamente e com muita antecedência", disse Powell.

"Informaremos as pessoas sobre o que está por vir", afirmou o presidente do Fed.

Yellen também defendeu sua decisão de abrir as portas para que o FMI (Fundo Monetário Internacional) emita uma nova rodada de US\$ 650 bilhões em Direitos Especiais de Saque (DES), para dar aos seus membros acesso a liquidez quando eles enfrentarem dificuldades financeiras causadas pela pandemia.

Um legislador republicano atacou o plano -que reverte uma decisão de política econômica do governo Trumpporque isso canalizaria dinheiro para inimigos estratégicos dos Estados Unidos, como a China, o Irã e a Venezuela.

Mas Yellen disse que a medida é essencial para prevenir que países de baixa renda adotem "ações deflacionárias e contrativas que poderiam tornara recuperação mais difícil".

Site: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/

Congresso: omissão fatal - ROSÂNGELA BITTAR

Com a pressão elevada pela carta de exortação dos banqueiros e o apelo direto do empresariado paulista à interferência dos presidentes da Câmara e do Senado, o presidente Jair Bolsonaro pode estar entrando hoje numa nova onda.

Participa de encontro com os presidentes dos três Poderes, governadores e ministros para ser aconselhado sobre a gestão da pandemia.

Todos sabem, trata-se de um faz de conta institucional, como se o presidente já não soubesse o que precisa fazer. Vá lá, serve o pretexto.

Apostas na mesa sobre o resultado desta iniciativa: Um. Os financiadores de campanha abrem a Bolsonaro a brecha para abandonar os delírios **impostos** pelo obscurantismo que move suas atitudes e assumir a coordenação das soluções da crise de saúde pública com base na ciência e eficiência.

Dois. O presidente usa a reunião para promover um movimento circense destinado a distrair a arquibancada e dar a impressão que faz alguma coisa com seu mandato presidencial.

Três. Bolsonaro busca e encontra, no grupo, disposição para socialização do prejuízo e da impopularidade. Como de hábito, ouvirá uma coisa, fará outra e, diante das consequências trágicas, coletivizará as culpas.

O histórico da personalidade do presidente manda jogar as fichas na terceira opção.

Mas só ele tem o comando executivo das soluções. Não é mais possível viver na expectativa dos recuos de Bolsonaro, cujas mutações obedecem apenas às suas conveniências pessoais e eleitorais.

O Supremo Tribunal Federal, única instância que parece estar cuidando do interesse da população aflita, submeteu o convite para o encontro ao seu colegiado. Que o aprovou, desde que não haja conflito de interesse.

Ora, é só o que há. Na reunião do Palácio do Planalto, o presidente do STF poderá recomendar o isolamento social para enfrentar o colapso hospitalar.

Ao atravessar a praça, de volta ao seu plenário, estará diante de ação de Jair Bolsonaro contra os que decretaram o isolamento. Como ele fica?

O ceticismo em torno deste Conselho se impõe. Parece haver uma só saída para reinserir o Brasil na rota da humanidade nesta pandemia sem controle: a intervenção objetiva, seja pelo afastamento do presidente da República, seja por algum tipo de sobreposição às suas funções executivas.

A qual instituição, senão ao Poder Legislativo, caberia esta função? Pode o Congresso, no limite, tentar algo parcial, assumindo tarefas e deixando ao presidente o papel de malabarista verbal nos encontros com sua claque, no gradil do Alvorada.

Mas há abertura para ir além disto. Se por ela optasse, o Brasil não precisaria esperar mais dois anos, quem sabe seis, para se salvar.

O Congresso tem uma velha tradição de astúcia em negociações de acordos.

Estabelece um contrato de compra e venda do varejo político que, um dia, a depender do objeto determinado, transforma- se em cumplicidade dolosa.

Os presidentes da Câmara e do Senado comportamse como reféns de uma dívida acidental com Jair Bolsonaro, contraída por ocasião de sua eleição.

Sua propalada independência tem sido pura ficção.

No Senado, os pruridos da reciprocidade impedem que Rodrigo Pacheco instale a CPI da pandemia, única medida capaz de conter, até pelo medo, os desmandos do governo. Tem sido excessiva e injustificada a prudência do Poder Legislativo.

Na Câmara, Arthur Lira já teria quitado sua fatura com a prioridade a um assunto fisiológico, a PEC da impunidade parlamentar, e a surdez ao clamor contra a entrega da presidência da CCJ ao governo, para ser exercida por uma parlamentar extremista e investigada. Mas foi além, condenando ao esquecimento 50 pedidos de impeachment do presidente Jair Bolsonaro.

As abstenções, tanto quanto as ações, não permitem

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA - pág.: A08. Qua, 24 de Março de 2021 TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

reconhecer que o Congresso esteja cumprindo sua parte na luta contra a pandemia.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Empresários procuram Lira e Pacheco



Aline Bronzati Daniele Madureira ESPECIAL PARA O ESTADÃO / COLABOROU: MATHEUS PIOVESANA.

Banqueiros e empresários se reuniram, em dois momentos, na segunda-feira, com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEMMG).

Foram discutidas saídas para agilizar a compra de vacinas e insumos, no pior momento da pandemia no País. Em tom de cansaço e críticas, apresentaram três preocupações: vacina, falta de leitos, além de insumos e medicamentos para aqueles que estão internados, por conta da covid-19. Um dos empresários também pediu benefícios fiscais, em troca de gastos com iniciativas de combate à pandemia.

O primeiro encontro foi organizado pelo médico Claudio Lottenberg, presidente do Conselho do Hospital Albert Einstein e do Icos (Instituto Coalizão Saúde). Mais tarde, um jantar ocorreu na casa de Washington Cinel, dono da empresa de segurança Gocil. Dentre os participantes, estiveram os banqueiros Luiz Carlos Trabuco, presidente do conselho de administração do Bradesco, e André Esteves, sócio-fundador do BTG Pactual, os empresários Abilio Diniz, Flávio Rocha, da Riachuelo, e Carlos Sanchez, da fabricante de medicamentos EMS. Alguns, como Diniz e Rocha, participaram por videoconferência.

Conforme apurou o Estadão/ Broadcast, o tema do debate foi exclusivamente a pandemia - em diferentes frentes na discussão.

Uma das vertentes da elite empresarial do País começa a falar em uma "frente de solidariedade", em uma nova ofensiva para ajudar o Brasil a atravessar a pior fase da pandemia. Outra quer atos mais práticos, como a mudança na regra para a compra de vacinas

pela iniciativa privada e benefícios em impostos.

"Sem entendimento e pacificação, não vamos a lugar nenhum.

A vacina é importante.

Mas tem de esperar", diz Trabuco, do Bradesco. De acordo com ele, o que é possível fazer agora é "trabalhar para ter leitos e insumos hospitalares". Nos encontros, médicos fizeram depoimentos preocupantes quanto à carência dos hospitais para receber as pessoas diagnosticadas com covid-19 e em situação mais grave.

"As reuniões são boas, teve ontem (anteontem), terá amanhã (hoje), no sentido de buscar diálogo para encontrar soluções.

As pessoas têm de entender que a crise de saúde já está explicitada, agora, trata-se de uma crise humanitária", afirmou Trabuco.

Benefício fiscal. Já o presidente do conselho de administração do grupo Guararapes, dono da varejista de moda Riachuelo, Flávio Rocha, disse que, entre as medidas discutidas com os chefes do Legislativo, estava uma contrapartida para a oferta de leitos para tratamento da covid-19. "As empresas poderiam doar leitos e abater parte do valor do Imposto de Renda", afirma.

Lira e Pacheco prometeram aos empresários que o Congresso vai estudar medidas para agilizar a importação de insumos e produtos farmacêuticos de forma geral, em meio à carência nos hospitais e a lotação dos leitos Brasil afora.

Pacheco disse, conforme um dos presentes, que a "fase de negacionismo" já passou. "Ser negacionista hoje é macabro e fúnebre", afirmou o presidente do Senado, relatou a fonte.

Os encontros de banqueiros e empresários com Lira e Pacheco ocorrem um dia após um quórum parecido participar de um encontro virtual com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Na conversa, que durou quase quatro horas, o "Posto Ipiranga", como é chamado pelo presidente Bolsonaro, foi cobrado, principalmente, por vacinas.

Hoje, uma nova reunião para tratar da pandemia no País está agendada. Desta vez, o encontro será com O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS - pág.: B04. Qua, 24 de Março de 2021 TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

os chefes dos Poderes.

Entre os presentes, estão previstos o presidente Jair Bolsonaro, Pacheco, Lira, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), além de governadores.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Comitê deve adiar tributos do Simples por três meses

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

O Comitê Gestor do Simples Nacional se reúne nesta quarta-feira e deve adiar por três meses o pagamento de **impostos** do regime tributário para micro e pequenas empresas por causa do agravamento da crise econômica causada pelas medidas de contenção da covid-19. A medida valeria para as receitas geradas entre março e maio e teria impacto de cerca de R\$ 25 bilhões.

A Associação Brasileira das Secretarias de Finanças cias Capitais (Abrasf) enviou nesta terça-feira ofício ao secretário da Receita, José Tostes Neto, que preside o comitê, informando que, dada a gravidade do momento, aceita o adiamento dos tributos municipais. A medida já vigorou no começo do ano passado, mas o governo federal tentou replica-la no segundo semestre e não teve apoio dos prefeitos, que entenderam que a crise tinha diminuído.

Agora, com uma nova onda de contaminação e medidas de restrição ao funcionamento do comércio, serviços e indústria, os prefeitos das capitais resolveram apoiar a postergação do pagamento do Simples. "Entende-se que é preciso agora o Poder Público entregar contrapartidas para a iniciativa privada, por questão de sobrevivência", afirma o ofício assinado pelo presidente da Abrasf e secretário municipal de Finanças de Curitiba, Vitor Puppi.

A prorrogação dos pagamentos recebeu apoio do Comitê Nacional de Secretários da Fazenda dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz) no dia 16 de março. No ofício a Tostes, os Estados dizem que a pandemia está se mostrando mais contundente que em 2020 e sugerem a postergação dos pagamentos do Simples para aliviar o caixa das micro e pequenas empresas.

O calendário proposto pelo presidente do Comsefaz, Rafael Fonteles, sugere que os **impostos** apurados em março, com pagamento em 20 de abril, tenham a data de vencimento postergada para 20 de julho.

Os **impostos** com prazo de pagamento até 20 de maio seriam adiados para 20 de agosto e os de 20 de junho, para 20 de setembro. Esse cronograma, contudo, ainda tem que ser aprovado e poderia ser modificado na reunião de quarta-feira.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM), em conversas reservadas, indicou que apoiaria a medida, mas ao Valor afirmou, por meio de sua assessoria, que ainda não tinha até o fim da tarde desta terça-feira uma posição formada.

Apesar do aval, as capitais destacaram no documento a cobrança por mais recursos do governo federal para enfrentar a crise econômica e a pandemia. No ano passado, a postergação dos pagamentos do Simples foi atrelada ao repasse de verbas para ajudar no combate a covid-19. "Este ano tem sido muito mais difícil e precisamos de recursos não só para saúde, mas também para transporte público e assistência social", destacou Puppi.

A postergação deve significar um alívio no caixa das micro e pequenas empresas. Com base na arrecadação do Simples de 2019, a estimativa é adiar o pagamento de cerca de R\$ 25 bilhões em tributos que são compartilhados entre a União, Estados e municípios, como imposto de renda, IPI, ICMS e ISS.

Site: https://valor.globo.com/impresso

Bolsa cede ao tombo de commodities

Olívia Bulla e Lucas Hirata De São Paulo

O Ibovespa cedeu à pressão externa e fechou em forte queda ontem, em um movimento direcionado pela correção nos preços de commodities após a forte baixa nas cotações do petróleo.

Depois de ensaiar recuperação no começo do dia, o Ibovespa virou para o negativo durante a tarde e terminou em queda de 1,49%, aos 113.262 pontos, bem próximo da mínima cio dia. Mais cedo, porém, o índice à vista chegou a subir até os 115.599 pontos.

Desta vez, chama a atenção o fato de que algumas ações mais ligadas ao ciclo doméstico e duramente penalizadas desde o estouro da crise, como de shoppings, conseguiram resistir à pressão e terminaram em alta.

Segundo operadores das mesas de renda variável, a bolsa brasileira foi influenciada pela piora em Wall Street, onde os investidores digeriam o tom suave nos discursos do presidente do Fed, Jerome Powell, e da secretária do Tesouro, Janet Yellen, em relação à **inflação** e à condução da política monetária. Por outro lado, foram surpreendidos por um tom mais duro sobre aumento de **impostos** nos EUA.

"Yellen falou em investimento em infraestrutura, mas sugeriu elevar a carga tributária de empresas para 28%", diz um profissional sênior de uma corretora local. Segundo ele, essa declaração atingiu em cheio as ações correlacionadas às commodities, uma vez que o pacote de investimentos em infraestrutura vinha impulsionando a demanda por matérias-primas.

A Vale terminou com queda de 2,31% nas ações, enquanto as siderúrgicas CSN e Gerdau tiveram perdas de mais de 4%. Já Usiminas teve queda de 3,37%. Ainda entre as ações com maior peso no lbovespa, a ação preferencial de Petrobras caiu 3,06% com o tombo do petróleo.

Internamente, o mercado doméstico também digeriu a ata do último encontro do Comitê de Política Monetária (Copom), na semana passada, mantendo a aposta de nova dose reforçada de aperto na Selic no próximo encontro, em maio.

"O mercado acredita que a <u>inflação</u> não vai arrefecer tão cedo e o BC tenha de ser mais enérgico", disse o chefe de renda variável da Veedha Investimentos, Rodrigo Molitemo. Contudo, o superintendente de renda variável e sócio da BlueTrade, Leonardo Peggau, observa que, ainda assim, a taxa básica de juros tende a seguir em um nível estimulativo. "O juro ainda vai ser baixo mantendo o movimento de apetite ao risco e na faixa para incentivar o crescimento econômico", disse, lembrando que os juros baixos são a maior "alavanca" para o investidor arriscar mais.

Analistas têm ressaltado, nos últimos dias, que a bolsa busca equilibrar fatores quase opostos: por um lado, os casos de covid-19 têm aumentado no Brasil e na Europa; mas, por outro, há sinais de aumento da oferta de imunizantes e uma perspectiva menos pessimista sobre a retomada da atividade.

Apesar da cautela, observa-se alguma demanda adicional por papéis que foram duramente penalizados ao longo da crise sanitária, como os de shoppings. Ontem, BR Malls subiu 1,68%, enquanto Multiplan ON avançou 0,90% e IguatemiON teve alta de 0,61% "Nos últimos dias, temos visto uma certa rotação de carteira direcionada pela reversão do "reflation trade". Commodities sofrem uma correção e caem, enquanto ações mais ligadas ao ciclo doméstico sobem", diz Tiago Sampaio Cunha, da Grou Capital. Ele cita que a pressão sobre ações ligadas a commodities, como siderúrgicas, não diz respeito a uma dinâmica relacionada aos resultados das empresas em si, mas a um movimento mais amplo.

Além disso, esse impulso para ações mais cíclicas se respalda no aumento de oferta de vacinas no Brasil, embora a situação da pandemia ainda seja preocupante. "Vemos um apoio maior à vacinação e as ações do setor doméstico estão muito descontadas", acrescenta.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/1 86759

Estabilidade é o melhor antídoto



Rosana Hessel

A economista Fernanda Schwantes, superintendente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), demonstrou preocupação com uma recessão diante da desaceleração da economia no meio dessa segunda onda da pandemia da covid-19, que está mais forte do que a primeira. "O aspecto mais preocupante é o de uma nova recessão. O auxílio não vai ser suficiente para a economia decolar, mas vai cumprir um papel importante para evitar uma queda maior na economia", afirmou a analista, ontem, durante o primeiro painel do seminário on-line Correio Talks: "Desafios para o Brasil no pós-pandemia".

Na avaliação da economista, o auxílio emergencial não foi o vilão da **inflação**. "O benefício ajudou a sustentar a demanda da população mais vulnerável e dos trabalhadores informais", frisou. Na avaliação da especialista, o auxílio "tem um papel importante para socorrer os trabalhadores informais". Fernanda Schwantes lembrou que são as incertezas internas, tanto na política quanto na economia, que pressionam o dólar e, consequentemente, a **inflação**.

Em relação aos desafios para o país pós-pandemia, a economista da CNA disse que torce muito para que a economia se recupere "o mais rápido possível", com crescimento em todos os setores e não apenas na agricultura. "Nossa expectativa é de que a economia como um todo consiga retomar o crescimento necessário para melhorar as condições de vida para a população", disse. "Só retomando o crescimento econômico é que vamos melhorar as condições de vida da população e do emprego", adicionou.

Conforme os dados apresentados por Fernanda Schwantes, o setor agrícola foi um dos destaques de 2020 ao apresentar crescimento durante o pior período da pandemia. Entretanto ela citou que essa retomada não foi homogênea. Os segmentos mais afetados pela pandemia foram o de hortaliças, o de flores e o de produtos lácteos e, assim como no ano passado, a CNA pretende ajudar os produtores a comercializarem seus produtos em markeplaces e em feiras.

A sinalização do Banco Central de que os juros continuarão subindo nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) e a indefinição no Orçamento para os subsídios agrícolas têm deixado o setor apreensivo. "No caso da agropecuária, o ajuste do Copom traz muita incerteza quando os produtores começam a negociar empréstimos para o próximo Plano Safra", destacou. Ela acrescentou que ainda há uma definição do tamanho do Plano e, muito menos, qual será o custo dos empréstimos, que devem ficar mais caros, pois o Orçamento de 2021 - que ainda está em discussão no Congresso - tem previsões de cortes desses recursos na equalização das taxas de juros.

Esforço para eliminar as incertezas



Marina Barbosa

O Brasil vai crescer menos do que outros países neste ano, devido ao descontrole da pandemia de covid-19. Porém, também precisa endereçar o risco fiscal caso não queira perder novamente a onda global de recuperação econômica no próximo ano. A avaliação é da economista-chefe do Credit Suisse, Solange Srour, que participou do Correio Talks: Desafios para o Brasil pós-pandemia, ontem.

"O cenário hoje para o Brasil é de uma recuperação muito aquém da de outros países", alertou Solange Srour. Ela lembrou que o mercado projeta um crescimento de quase 7% para países como a China e os Estados Unidos, mas prevê um avanço de pouco mais de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil neste ano. Isto é, um crescimento menor que o carregamento estatístico de 3,6% deixado pela queda de 4,1% do PIB de 2020, que, segundo Solange, indica que "o Brasil, na verdade, decaiu em relação a dezembro do ano passado".

A economista-chefe do Credit Suisse explicou que a segunda onda da pandemia de covid-19 vai afetar o crescimento econômico neste primeiro semestre. E destacou que, apesar de o mercado acreditar que o avanço da vacinação contra a covid-19 vai permitir uma retomada econômica no segundo semestre, o Brasil também precisa avançar no ajuste fiscal para garantir um crescimento sustentável nos próximos anos. Segundo Solange, ainda há muitas incertezas sobre o rumo fiscal do país. Afinal, a segunda onda da pandemia de covid-19 vai aumentar a pressão por gastos públicos, e o mercado não vê como a dívida brasileira vai parar de subir no curto prazo, já que o ajuste emergencial proposto pela PEC Emergencial foi mais frouxo que o esperado, não há perspectiva de superavit fiscal no curto prazo e a alta dos juros, necessária para conter a **inflação**, vai encarecer ainda mais o custo da dívida. Ela acredita, então, que o Brasil precisa indicar qual será a solução fiscal para esse impasse para reduzir as incertezas dos investidores e, assim, permitir a redução da taxa de câmbio, que hoje tem elevado a **inflação** e os juros brasileiros, e a retomada econômica. "Este é o grande nó no momento e vai determinar como vamos sair da crise e como será o desenvolvimento da economia no ano que vem", declarou.

A economista-chefe do Credit Suisse pediu, então, que o país mantenha a responsabilidade fiscal, mesmo diante da necessidade de ampliar os gastos públicos por conta da pandemia de covid-19. E disse que isso é possível por meio de medidas que possam reduzir os gastos públicos, como a reforma administrativa. "É preciso respirar fundo nesses meses, tentar manter a responsabilidade fiscal e resolver a crise sanitária, tornando o ano de 2022 menos turbulento do que é todo ano eleitoral, para que o Brasil não perca mais um ano de crescimento global forte por conta dos problemas domésticos", concluiu.

Selic deve saltar para 3,50% a partir de maio



O Banco Central explicou, ontem, por que se prepara para repetir a dose de alta de 0,75 ponto porcentual na taxa de juros básico em maio, a mesma magnitude vista na semana passada e que surpreendeu boa parte dos analistas de mercado: está claramente preocupado com o comportamento dos preços - mais do que com o ritmo da atividade. Assim, a Selic pode chegar a 3,50% ao ano, uma vez que a autoridade monetária teme perder sua meta de **inflação** para 2021 (de 3,75%) e acabar por desancorar as expectativas para 2022, que ainda estão em linha com o alvo perseguido pela instituição.

A autoridade monetária manteve estimativas apresentadas no <u>comunicado</u> que se seguiu à decisão da semana passada para o IPCA deste ano (5%) e do próximo (3,50%), mas as previsões para os preços administrados, que só aumentam com a autorização do governo - como energia elétrica, por exemplo - dispararam de 5,1% para 9,5% para este ano, e subiram de 3,0% para 4,4% para 2022. O impacto produzido por um novo aumento de 0,75 ponto deixará o Brasil menos vulnerável a esse cenário, na percepção do BC. Com isso, a taxa que passou de 2% para 2,75% ao ano, deve chegar a 3,50% no início de maio.

Período desafiadorMais uma vez, o colegiado manteve o alerta sobre a trajetória fiscal do país, apesar de elogiar os esforços para a aprovação da PEC Emergencial, que autorizou uma nova rodada de auxílio com contrapartidas fiscais, neste mês. Além da preocupação com a inflação interna, o BC salientou que países emergentes, como o Brasil, poderão passar por um período "desafiador" por causa de uma possível reprecificação dos preços dos ativos internacionais. A cúpula da autoridade monetária citou também os impactos da reflação internacional, que é uma alta dos preços típica de momentos que se

seguem a recessões e que têm base no aumento da demanda.

Embora um ciclo mais pesado de alta dos juros possa comprometer o desempenho da atividade econômica, o Copom projeta que um novo tombo na economia causado pelo recrudescimento da pandemia será menos profundo do que o visto no ano passado, quando o PIB encolheu 4,1%. Na realidade, o BC aposta em uma recuperação forte ao longo do segundo semestre de 2021 também tendo em mente que a vacinação no Brasil será abrangente.

"Contudo, os últimos dados disponíveis ainda não contemplam os possíveis efeitos do recente e agudo aumento no número de casos de covid-19 e, assim, há bastante incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia no primeiro e segundo trimestres deste ano", salientou a ata.

Para o diretor do ASA Investments e ex-secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall, o BC claramente quis transmitir uma mensagem ainda mais dura na ata do que no **comunicado** da semana passada. Em especial, ele destacou a observação feita pelo Copom para as mudanças no cenário externo. Já Fábio Susteras, economista e sócio da SP CAP, enfatizou a preocupação da instituição sobre a reflação e seu impacto sobre as commodities. No Brasil, conforme disse, esse aumento se traduz de forma mais enfática nos preços dos combustíveis.

IBGE tenta evitar corte no Censo



Gabriela Bernardes*

O Orçamento de 2021 nem sequer foi aprovado e o Ministério da Economia apontou a necessidade de cortar R\$ 17,5 bilhões em despesas para cumprir o teto de gastos - regra que limita o avanço das despesas à inflação. Além de ser cogitada a retirada de recursos da Previdência e do auxílio-doença para direcionar a ações como obras e outros gastos locais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entrou na mira da supressão de verbas e alertou para os riscos de um corte de R\$ 1,7 bilhão feito na verba do Censo Demográfico, a principal pesquisa estatística do país.

A sondagem, que estava prevista originalmente para o ano passado, mas foi adiada devido à pandemia do novo coronavírus, visitaria aproximadamente 72 milhões de domicílios, em apenas três meses. Mais de 200 mil pessoas trabalhariam na coleta de informação e organização de dados. A notícia da redução no orçamento causou revolta nos funcionários do instituto.

"O país necessita das informações geradas pelo Censo, que são essenciais para subsidiar políticas públicas em diversas áreas, especialmente em um contexto de pandemia, em que esses dados são estratégicos para o avanço da vacinação e para o planejamento de infraestrutura em saúde", afirmou o IBGE, por meio de nota.

Como Haiti e LíbiaEm manifesto, ex-presidentes do

instituto pedem que o Censo previsto para este ano seja mantido. Assinaram o documento Edmar Bacha, Eduardo Nunes, Eduardo Augusto Guimarães, Edson Nunes, Eurico Borba, Sérgio Besserman Viana, Simon Schwartzman e Silvio Minciotti. "Instamos aos senhores senadores e deputados, membros da Comissão Mista do Orçamento, que preservem os recursos do Censo e não deixem o país às cegas", salienta o manifesto, acrescentando que, sem o levantamento, o Brasil se juntará a Haiti, Afeganistão, Congo e Líbia, que estão há mais de 11 anos sem informação estatística adequada para apoiar suas políticas econômicas e sociais.

Em artigo publicado no jornal O Globo, a presidente do IBGE, Susana Cordeiro Guerra, e o diretor de Pesquisas, Eduardo Rios-Neto, defenderam a manutenção do orçamento. Eles ressaltaram que o censo é crucial não apenas para o pacto federativo, mas também para a geração de dados que permitam solucionar os desafios do país: "Defendemos o cumprimento da nossa missão enquanto gestores de um instituto de estatística, que tem como uma das principais atribuições a realização do Censo Demográfico. Sem o Censo em 2021, as ações governamentais pós-pandemia serão fragilizadas pela ausência das informações que alicerçam as políticas públicas com impactos no território brasileiro, particularmente em seus municípios", observou o texto.

Não é a primeira vez que o Censo tem o orçamento reduzido. Em 2018, o projeto foi orçado pelo IBGE em R\$ 3,4 bilhões, mas foi diminuído para R\$ 2,3 bilhões, em 2019, devido às dificuldades do governo em fechar as contas. No fim de 2020, a verba foi novamente reduzida, para R\$ 2 bilhões.

Lembrem-se: há eleições em 2022

Cida Barbosa

Eles fazem jogo de palavras, usam expressões impactantes, pregam urgência, mas, enquanto fingem empatia, há pessoas passando fome. E o auxílio emergencial não chega. Passaram-se três meses, evoluindo a passos lentíssimos uma decisão sobre a retomada do socorro aos mais vulneráveis. E só vão começar a pagar no mês que vem. "Ah, mas abril está próximo". Só que a fome não espera. E os vulneráveis estão à deriva desde o fim da primeira rodada do auxílio.

Demoraram tanto em aprovar a retomada do benefício que parecia estar em discussão um valor digno às famílias necessitadas. Qual nada. São parcos R\$ 250, em média, num país com alta na **inflação**. A quantia paga menos de um terço da despesa com alimentação básica, como mostrou reportagem do Estadão na semana passada. Sem contar que o número de atendidos caiu de 68 milhões para 45,6 milhões e que não haverá novo cadastro para quem ficou fora do programa em 2020.

E o que disseram as autoridades sobre a quantia? "É pouco, né? Mas é o que a nação pode dar"; "são valores menores dos que foram pagos no ano passado, mas a política social e a área econômica são duas faces da mesma moeda, então, isso foi o possível de ser viabilizado". Alegam não ter fonte para financiar volume maior. Um país que gasta R\$ 1,5 trilhão por ano não tem onde cortar despesas! Então, os famintos que se virem.

O Congresso pode aumentar o valor do auxílio, e há parlamentares focados nisso - é bom registrar. Eles não precisam nem ter coração para se comover com a penúria das famílias, basta cumprirem o dever que assumiram ao serem eleitos, de trabalhar pelo povo. Mas uma corrente grande e poderosa no Parlamento, instigada pelo governo, quer impedir mudanças na medida provisória que definiu o retorno do benefício com valores insuficientes para a subsistência dos necessitados. Fiquemos atentos ao nome de cada um deles, no Legislativo e no Executivo, porque, no ano que vem, há eleições marcadas. Espero que os que hoje sofrem de barriga vazia lembrem-se dos cínicos que pedirão voto em 2022.

Governo prevê corte de R\$ 17,6 bilhões em gastos para não estourar teto em 2021

Bernardo Caram

Na primeira avaliação formal de gastos públicos feita neste ano, o Ministério da Economia concluiu que as contas de 2021 estão estourando o limite do teto de gastos em cerca de R\$ 17,6 bilhões.

As despesas até fevereiro e a projeção do valor previsto até o encerramento do ano indicam que o governo precisará cortar gastos para não desrespeitar a regra fiscal.

O teto de gastos limita o crescimento de despesas públicas à variação da **inflação**, com algumas exceções. A regra foi criada em 2016 com o objetivo de travar a trajetória de alta das despesas públicas.

Como o Orçamento de 2021 ainda não foi aprovado pelo Congresso, a análise da pasta compara as projeções atuais com os valores previstos pelo Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual), enviado ao Legislativo em agosto de 2020.

O texto do Ploa trazia margem zero em relação ao teto. Isso significa que qualquer ampliação nas previsões de gastos sujeitos a essa norma levaria a um desenquadramento.

De acordo com um integrante da pasta, a pressão sobre o teto foi influenciada, principalmente, pelo reajuste do salário mínimo e a variação do INPC, que impactam custos do governo com benefícios.

Agora, no relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, o Ministério da Economia estima que haverá R\$8,5 bilhões a mais de gastos com a conta da Previdência.

Um descompasso nas regras fiscais ampliou a pressão. Isso porque o ajuste no limite do teto em 2021 levou em conta a <u>inflação</u> apurada até junho do ano passado, que ficou em nível baixo. O salário mínimo e benefícios previdenciários, por sua vez, foram ajustados com base em um índice de preços apurado em dezembro, quando a <u>inflação</u> já havia acelerado. Isso fará os gastos crescerem mais que o teto.

Para se adequar à norma, o governo não precisa cortar despesas já. O ajuste pode ser feito ao longo do

ano.

Se os limites estão estourados em relação ao teto, a avaliação da pasta mostra que a meta fiscal ganhou uma folga.

A meta fiscal é o esforço que o governo promete fazer para evitar o crescimento da dívida pública. O valor estabelecido corresponde à diferença entre as receitas e despesas previstas pelo governo para o ano, exceto o gasto com juros.

Esse compromisso para 2021 foi estipulado em um déficit de R\$ 247,1 bilhões. Ao recalcularas projeções, o ministério agora estima que foi aberta uma margem de R\$ 20,9 bilhões em relação à meta.

A abertura se deve a uma reestimativa das receitas líquidas, que devem ficar R\$ 61,8 bilhões acima do previsto. As despesas, por sua vez, devem crescer em menor intensidade, em R\$ 54,5 bilhões.

Site: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/

Para equipe econômica, carta soa como aceno a Guedes

Bernardo Caram

A carta assinada por mais de 1.500 economistas, banqueiros e empresários com pedido de medidas mais eficazes para o combate à pandemia do novo coronavírus foi lida por membros do Ministério da Economia como um aceno à pasta e uma crítica ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Interlocutores do ministro Paulo Guedes (Economia) afirmam que o documento é ponderado, tem bom senso e reforça posições que a equipe econômica vem defendendo ou tentando adotar. Ao mesmo tempo, a avaliação é que o texto endereça críticas ao Palácio do Planalto ao falar em negacionismo.

Na carta, o grupo diz que a saída definitiva da crise é a vacinação em massa da população e ressalta que o país está atrasado no plano de imunização, com apenas 5% dos brasileiros tendo recebido a primeira dose.

Na semana passada, em declaração que vai na mesma linha, Guedes pediu velocidade à vacinação e indicou não estar satisfeito com o ritmo do programa de imunização. "Cinco por cento da população já foi vacinada, é muito pouco ainda, temos que melhorar muito, trabalhar muito", disse o ministro.

Em discursos, Guedes vem repetindo que a vacinação em massa é o caminho para a retomada da Economia. A pasta também produziu estudos na mesma direção.

Esse comportamento mais recente difere da avaliação feita pelo ministro e auxiliares próximos no início da pandemia. Em março do ano passado, por exemplo, Guedes afirmou que, no pior cenário possível da crise de coronavírus no Brasil, o <u>PIB</u> cresceria 1% no ano -a economia encolheu 4,1% no período.

Na época, Guedes disse ainda que, se a população mantivesse seus hábitos, o efeito do coronavírus sobre a economia seria muito menor, apesar de as chances da contaminação serem maiores.

"Se nós continuarmos com as nossas formas de vida, a economia resiste um pouco mais -porque nós vamos continuar saindo, almoçando, indo a jogo de futebol- e a contaminação aumenta. Se nós, por outro lado, mudamos nosso comportamento, a contaminação

desce, mas a economia afunda", afirmou.

O ministro também afirmou que, com R\$ 5 bilhões, o vírus seria aniquilado -o país gastou mais de R\$ 600 bilhões em gastos emergenciais.

Adolfo Sachsida, secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, disse no fim de fevereiro que achava improvável haver restrições de circulação no território nacional.

A aposta era que o vírus não se espalharia no país em razão do clima. "Acho que não [haverá restrição de circulação]. Pelo que li, acho que o impacto no Brasil dificilmente vai ser por contaminação interna", disse, em 27 de fevereiro.

"Vai ser muito difícil imaginar que o Brasil vai sofrer uma grande crise porque uma parcela expressiva da população neste verão pegou isso. Acho pouco provável", afirmou o secretário na época.

Já na semana passada, nota técnica divulgada pela Secretaria de Política Econômica da pasta diz que somente o programa de imunização será capaz de resolver definitivamente a crise econômica.

"As próprias fontes da crise têm em sua origem a própria doença, de forma que só serão sanadas de forma definitiva com a vacinação em massa da população, em especial a dos mais vulneráveis", afirma o texto da secretaria.

Bolsonaro, por outro lado, colocou em dúvida a eficácia das vacinas em diversas ocasiões. O presidente também fazia defesa do uso de medicamentos sem eficácia comprovada no tratamento de pacientes com Covid-19.

Sob sua gestão, o governo demorou a fechar acordos de compra de vacinas e chegou a rejeitar propostas de farmacêuticas para a entrega de imunizantes em 2020.

Recentemente, diante de forte pressão política e perda de popularidade, o presidente mudou a estratégia e o governo passou a a presentar a vacinação como plano prioritário.

A carta do grupo de economistas afirma que, "apesar do negacionismo de alguns poucos", praticamente todos os líderes políticos do mundo tomaram frente no combate à pandemia. O documento ressalta que as lideranças fazem a diferença para o bem e para o mal.

"O desdenho à ciência, o apelo a tratamentos sem evidência de eficácia, o estímulo à aglomeração, e o flerte com o movimento antivacina, caracterizou a liderança política maior no país. Essa postura reforça normas antissociais, dificulta a adesão da população a comportamentos responsáveis, amplia o número de infectados e de óbitos, aumenta custos que o país incorre", diz a carta.

Site: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/

O movimento cartista dos empresários - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

Empresas querem financiar leitos extras de UTI, também em hospitais privados. Mas querem um incentivo para facilitar essa ajuda, por assim dizer. Foi uma das ideias que deram em reuniões com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), entre outras. O essencial seria levar Jair Bolsonaro a fazer uma reviravolta no governo.

Alguns empresários dizem que ainda seria possível arrumar leitos extras de UTIs em hospitais privados, que as reservam para pacientes de cirurgias eletivas, até por motivos financeiros. As empresas "comprariam" esses leitos em tese ainda disponíveis, com algum incentivo de redução de **impostos**.

As reuniões de segunda-feira (22) acontecem na onda da repercussão da carta de economistas, financistas e empresários contra a política sanitária insana de Bolsonaro. Vamos chamá-lo de movimento "cartista" com ironia histórica (o Cartismo foi um movimento político operário que surgiu na Inglaterra dos anos 1830).

De política mesmo, o movimento pretende "aumentar a pressão" para que Bolsonaro ao menos deixe de sabotar o combate à epidemia. A pressão mais direta acontece por meio de conversas com lideranças do Congresso. Não tem impeachment no programa.

De mais objetivo, do que se trata? Pressão para que esse ministro novo da Saúde ou algum outro tenha autonomia para "fazer o básico" contra a epidemia. Dar poder a algum outro ministro para conduzir negociações comerciais urgentes com o objetivo de comprar vacinas, remédios e o que faltar para manter o atendimento nos hospitais. Fazer mudanças legais que facilitem a importação de remédios e equipamentos (menos **impostos**, menos normas restritivas, por um período de emergência), urgentemente, até porque, dizem esses empresários, o preço de medicamentos nacionais explodiu. "Tem de abrir a importação ontem", diz um deles.

O ideal seria uma "reforma ministerial" que pusesse um ministro viável no Itamaraty e outro no Meio Ambiente (para atenuar a ruína da imagem e das negociações internacionais), além de criar um coordenador de governo (Casa Civil? Não dizem). Além de colocar gente funcional nos cargos, a "reforma ministerial" serviria de "freio de arrumação" e sinal objetivo de mudança. Bolsonaro teria de renunciar a si mesmo.

O próximo passo depende do que Bolsonaro diria no seu pronunciamento na noite desta terça-feira (23) e na reunião que marcou com os demais Poderes para esta quarta.

Um banqueiro disse que, se fosse assessor de imprensa de Bolsonaro, inventaria um discurso do gênero "o que passou, passou, a epidemia está terrível e temos de mudar, eu e todo o mundo, vamos virar a página", uma desconversa assim para temperar uma mudança de fato.

A descrença na mudança é grande. A pressão deve aumentar, diz um executivo que não é da finança. "Muita gente [empresários etc.] está agindo desde o ano passado, doa dinheiro, faz pressão no governo, no Congresso, até entra em conflito público, como o Armínio [Fraga]. Mas, para muitos, a ficha só caiu agora. Para falar francamente, essas pessoas viram que podem ficar sem hospital", diz esse executivo.

Um financista diz que não apenas a situação sanitária é pior do que em 2020 mas também a econômica. O gasto do governo não poderia crescer como no ano passado, as taxas de juros estão subindo, a piora da epidemia vai provocar outro paradão econômico que ainda não tem perspectiva de terminar -depende da vacina, efeito que só seria visível lá por julho, se tudo der certo. "Precisamos de 'lockdowns' até ter vacina. Vai ser péssimo. A alternativa é muito pior CPI da Saúde? Não esteve na conversa. Impeachment? Muito menos. Também não há articulação política no sentido estrito, se por mais não fosse porque empresários "cartistas" e dos encontros parlamentares têm preferências diferentes -vários são bolsonaristas.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Vinícius Torres Freire, Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Site: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/